

Violência, clientelismo e mandonismo de longa duração: traços da formação sócio-histórica e geopolítica da Baixada Fluminense como território periférico

Estela Martini Willeman¹

Resumo

Neste artigo, pretende-se analisar alguns elementos da geografia política nacional com foco na construção de uma territorialidade específica, a da Baixada Fluminense. Intenciona-se compreender a formação do *ethos* fluminense e sua constituição fortemente atrelada à história política, cultural e econômica da região, bem como a implicação destes elementos para a qualidade de vida dos cidadãos.

Palavras-chave: Baixada Fluminense; territorialidade; política.

Abstract

In this paper, the author examines some elements of national political geography focusing on building a specific territoriality in Baixada Fluminense. He intends to understand the formation of the Fluminense *ethos* and its constitution strongly linked to political, cultural and economic regional history, as well as the implication of these factors to the quality of life of citizens.

Keywords: Baixada Fluminense; territoriality; Policy.

¹ Assessora do Ministério da Educação para o ENADE de Serviço Social. Professora Assistente do Departamento de Serviço Social da UNISUAM. Doutora em Educação pela PUC-Rio.

Inicialmente, é importante compreender que, dada a variabilidade de critérios para sua classificação, não há um consenso quanto à sua composição em termos de quais municípios a Baixada Fluminense abarca. Do ponto de vista de uma definição da geografia física, a Baixada Fluminense seria uma área composta por planícies baixas, constantemente alagadiças, entre o litoral e a Serra do Mar. Órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o FUNDREM (Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro) ainda não encontraram um consenso para definir tal área (BARRETO, 2004, p. 45). Alguns autores excluem os municípios mais próximos da Região Serrana, outros excluem os da Costa Verde, no Sul Fluminense. O único consenso que parece haver seria o de uma Baixada Fluminense composta pelos municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu e São João de Meriti. Outros como Paracambi, Queimados, Mangaratiba, Magé, Seropédica, Guapimirim e Itaguaí fariam parte de outros arranjos geográficos, políticos, históricos e econômicos.

De fato, há um conflito não resolvido neste estudo quanto ao que chamamos de Baixada Fluminense, sendo assim, compete informar que trabalha-se ora com uma definição mais ampla e geograficamente ancorada de Baixada Fluminense, que compreende todos os 14 municípios, e ora com a definição que, ao que parece, refere-se à Baixada Fluminense com muitas histórias em comum, sobretudo no que se refere à organização política, (então, os municípios da concepção mais reduzida e ligada a uma história e política comum de Baixada Fluminense mencionada acima) onde percebe-se uma identidade comum entre seus moradores de população baixadense – o que quer que isso signifique para a população citada. Sendo assim, será trabalhado aqui, em maior escala, com o território geográfico Baixada Fluminense mais ligado a uma história e política em comum, portanto, a segunda classificação mencionada: um território periférico, marcado pela violência, pobreza e abandono pelos representantes políticos.

Quando me propus à tarefa de pensar a periferia me deparei com diversas questões transversais a este empreendimento como: o que se entende como periferia, as relações de forças políticas que perpassam o conceito teórico e a realidade empírica periférica, qual a constituição cultural, política, histórica e econômica de espaços territoriais desta forma denominados, dentre outros elementos. Outrossim, ressalva-

se que, nesse estudo, pretende-se apenas tratar das questões relativas a um território urbano do Sudeste brasileiro, em especial, Rio de Janeiro, já por demais complexo – a Baixada Fluminense – ficando a discussão sobre outras regionalidades e paisagens geopolíticas reservada a estudos posteriores. Esta ressalva se mostra relevante na medida em que se considera haver distinções fundamentais entre os diferentes espaços geográficos, como as elencadas anteriormente, que afetam todas as relações e compõem estas ditas paisagens (SANTOS, 2000), descrevendo-as e também as qualificando.

Desde a revolução urbana e demográfica dos anos 1950, no Brasil, houve diversos tipos de processos de crescimento nas cidades e regiões, contando com urbanização aglomerada, urbanização concentrada e o estágio da metropolização (SANTOS, 2001, p.202), sendo o tamanho e complexidade das cidades fundamental para a divisão intra e intermetropolitana do trabalho, que afeta diretamente aspectos econômicos, mas também sociais e culturais, num *“jogo dialético entre a criação de riqueza e a criação de pobreza sobre o mesmo território”*. (idem, p. 203). Nesta perspectiva, o autor percebe a eclosão contemporânea de um fenômeno, o da consolidação de uma metrópole informacional, dando às cidades centrais uma característica relacional: ser *“o centro que promove a coleta das informações, as armazena, classifica, manipula e utiliza a serviço dos atores hegemônicos da economia, da sociedade, da cultura e da política.”* (p. 210).

Se isto determina sobremaneira a imigração entre os estados e as regiões, podemos perceber um movimento de duplo e contraditório fluxo de pessoas no interior do estado do Rio de Janeiro, em específico. Por um lado, com as atividades laborais da Região Sudeste e do Rio de Janeiro progressivamente se condensando em maior parte (mais da metade) no setor de serviços, e por estes se concentrarem nas regiões centrais, a oferta destes serviços tende a criar um fluxo de demanda residencial para pessoas nas regiões metropolitanas. Por outro lado, o alto custo de vida nessas regiões repele a maior parte dos trabalhadores para residirem nas regiões periféricas mais distantes, causando o fenômeno de fluxo pendular que classifica muitas dessas regiões como *“cidades dormitório”*, que consistem basicamente em

locais de *“baixo dinamismo econômico, elevado crescimento populacional e expansão urbana em assentamentos precários de população de baixa renda.”* (OJIMA *et al.*, 2007: 05), caracterizando os estados brasileiros, sobretudo, no Sudeste, por sua desigualdade territorial há muitos anos.

A noção de desigualdade territorial persiste nas condições atuais, porém, executar uma tipologia destas diferenciações seria mais penoso que em períodos históricos precedentes, uma vez que as desigualdades territoriais do presente são determinadas por uma palheta de cores bem mais variável, cuja combinação produz vasta gama de situações de difícil classificação. (SANTOS, 2001, p. 259). Parte-se, então, da noção de território para, depois, qualificá-lo diferenciando-o. Para Santos (2001: 260), *“o território mostra diferenças de densidades quanto às coisas, aos objetos, ao movimento das coisas, dos homens, das informações, do dinheiro e também quanto às ações”*. Acrescenta que a densidade do território, muitas vezes, medida em números, se não problematizada, nada mais significa que indicadores abstratos que não traduzem estas relações complexas. Salientar isto implica em problematizar, por exemplo, a diferenciação no repasse de verbas públicas para as regiões, o que atende a interesses de longa duração histórica (BRAUDEL, 1958) determinados pelos modelos políticos econômicos de sociedades de classes. A complexidade do território pode ser medida segundo sua densidade, que, no pensar de Santos (2001, p. 261), é aplicável para calcular densidades técnicas, informacionais, normativas, comunicacionais, etc. Encontra-se, então, no território variável presença de próteses, variável disponibilidade de informações, variável uso destas informações e de densidade de leis, normas e regras regulando a vida coletiva.

Outro conceito importante (SANTOS, 2001) é o de fluidez, consistindo na capacidade de dar movimento às relações e características do território. Esta é determinada, sobretudo, pelos investimentos públicos nos territórios e na capacidade política que os sujeitos têm de torná-los disponíveis ao maior número de sujeitos, e este investimento vem acontecendo de forma desigual mediante alguns critérios de interesse dos grupos hegemônicos no poder.

Para qualificar os territórios em sua complexidade, Santos (2001) utiliza-se de noções comparativas como densidade/rarefação, fluidez/viscosidade, rapidez/lentidão, espaços luminosos/opacos, espaços que mandam/que obedecem e

as lógicas centro-periferia. A compreensão crítica destas últimas em sua totalidade complexa, sendo influenciadas organicamente pelas demais, é fundamental uma vez que uma visão superficial do funcionamento do território levaria a responder imediatamente que sim à pergunta sobre haverem espaços que comandam e espaços que obedecem, na medida em que as decisões, as ordens, etc. são seletivamente instaladas, e todas as etapas do processo produtivo, na maior parte do espaço nacional, dependem desses insumos técnicos e políticos.

Para Santos *“o exercício do poder regulatório por empresas e pelo poder público não é independente dos sistemas de engenharia e dos sistemas normativos presentes em cada lugar...”*. (2001, pp. 264-5). Desta forma, o autor define espaço como *“um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ação, consideração indispensável para não se atribuir valor à metáfora.”*. (*idem, ibidem*).

No esforço de definir centro e periferia (concepções relacionais), estas adquiriram significações novas ao longo da história. Com o advento do fenômeno da globalização e seus impactos econômicos e políticos, convém perceber que *“... a instalação do meio técnico-científico-informacional em certas manchas do território nacional [...] vão-se dar sobre um quadro socioespacial praticamente engessado.”* O que, no dizer de Santos (2001), *“abre a perspectiva de importantes fraturas na história social, com mudanças brutais dos papéis econômicos e políticos de grupos e pessoas e também de lugares.”* (*idem, ibidem*), o que, contudo, não tem demonstrado alterar substancialmente a condição socioeconômica da maioria da população.

No final do século XX, pode-se dizer que os territórios foram mais amplamente apropriados, tendo em face a ampliação das fronteiras econômicas, técnicas e informacionais, ainda que de maneira desigual, catalizadas pelo fenômeno do êxodo rural e urbano, cumulando, contemporaneamente, em aglomerações urbanas maiores. Alguns dos fatos que superdimensionaram as aglomerações urbanas estão relacionados à capacidade técnica de produção e circulação, de transporte e informação terem aumentado significativamente, o que implica em menor necessidade de

proliferação de núcleos urbanos, transformando as cidades em reservatórios de mão de obra guiados por novos padrões de consumo, atraindo um número cada vez maior de pobres.

Dissertando sobre as diferentes lógicas que regem as cidades urbanas e as do campo, Santos (2001) fala sobre como se constitui a superposição entre horizontalidades e verticalidades, dando ênfase para a análise do desenvolvimento de meios de consumo final das famílias (consumo “consumptivo”) e das empresas (consumo “produtivo”) como vetores diferenciadores de demandas atendidas pelo poder público, tendo em vista o atendimento a alguns interesses em detrimento de outros. No determinar da demanda a ser privilegiada nos planos regionais, a demanda das famílias é considerada “residual”, exceto naquilo em que representa, direta ou indiretamente, uma demanda empresarial. Assim, as cidades constituem uma ponte entre o local e o global.

Uma das tarefas da cidade é a produção e oferta de informação mediante, principalmente, instituições de ensino e de pesquisa. No entanto, as instituições parecem estar interessadas apenas na produção e circulação de informações que interessem imediatamente à produção e ao seu entorno próximo, ou mesmo no que se refere ao conteúdo político de sua produção acadêmica. Estes fatores contribuem para a *“formação de ambiguidades e perplexidades a partir da própria atividade econômica e social e o despertar e o florescimento, no lugar, da ideia e da necessidade política”* (SANTOS, 2001, p. 283), já que as cidades médias produzem os aspectos técnicos e as aglomerações maiores, os aspectos políticos em virtude do papel das metrópoles na condução direta ou indireta do mercado global, ficando as cidades médias, periféricas em relação às metrópoles, subordinadas a seus interesses. Nestas condições, são gestadas nas periferias “visões de mundo” contraditórias, constituindo fontes também contraditórias de ideias políticas, já que o conhecimento técnico produzido não corresponde às necessidades políticas para emancipação dos sujeitos sociais, permanecendo num círculo vicioso que os mantém na condição de fornecedores de insumos materiais, mas incapazes de modificações estruturais no campo das racionalidades políticas. Esta dinâmica é fundamental para a manutenção do sistema capitalista, com a manutenção de cidades produtoras e cidades consumidoras, cidades que mandam e cidades que obedecem, subsidiada por

processos educativos técnicos e não emancipadores, ou de uma “racionalidade limitada” (SANTOS, 2001, p. 286) e de uma política colonialista circunscritos à lógica fragmentadora de centro-periferia. É neste contexto que se compreende a totalidade dos processos que definem a formação e o funcionamento da Baixada Fluminense e do município de Duque de Caxias.

Política e participação: construindo o território

Conforme a autora Lúcia Neves (2010: 12 *apud* WILLEMANN, 2013, p.36), “... o padrão de acumulação capitalista dependente vem sendo aprofundado com alto grau de consentimento popular, a despeito da persistência de selvagens desigualdades, da violência da expropriação de terras e de direitos”, e este “consentimento” se concretiza sobre um “largo colchão ideológico”, o que nos exige uma “mirada teórica inovadora sobre a problemática da ideologia”, sobretudo quanto àquela que diz que “a ordem do capital é imutável”. Gramsci (2011) se dedica a elaborar o conceito de intelectual bem como suas possíveis tipificações (orgânico e tradicional), funções socioeconômicas, político-ideológicas e também sua relação com o Estado. Antes de mais nada, para Gramsci, é importante lembrar que, à exceção do Estado – que mantém o domínio pelo legítimo uso da força, todas as demais esferas da sociedade pretendem exercer poder através da formação de consensos. Assim sendo, ao diferenciar “intelectuais tradicionais” de “intelectuais orgânicos”, o jovem político italiano fornece alguns elementos de problematização que permanecem assaz atuais na contemporaneidade: 1- Na própria definição conceitual que os diferencia (o tradicional do orgânico), Gramsci (2011) percebe forte função ideológica: se os intelectuais orgânicos são aqueles que possuem um vínculo com determinada categoria de sujeitos que os gera, cria ou assimila (o que não deixa dúvidas quanto a uma intencionalidade do grupo que engendra este outro grupo de intelectuais quanto a criar conhecimentos e saberes úteis àquele); e se, por outro lado, os intelectuais tradicionais são aqueles que se reivindicam “autônomos e independentes do grupo social dominante”, o observador desavisado pode concluir por uma maior honestidade ou lisura

quanto aos interesses pelo progresso da ciência, dos saberes e da cultura (da sociedade como um todo) por parte dos ditos intelectuais tradicionais. Isto não seria de todo descartável se não se considerasse um alerta de Gramsci: *“...a elaboração das camadas intelectuais na realidade concreta não ocorre num terreno democrático abstrato, mas segundo processos históricos tradicionais muito concretos. Formam-se camadas que, tradicionalmente produzem intelectuais [...]”* (2011, p. 20). Na história de nosso país como um todo, podemos verificar uma herança antidemocrática que sempre se manifestou através da repressão e da cumplicidade da educação formal e da política existente com os instrumentos de consenso das hegemonias como a família, a Igreja, o Estado.

Observar a história da sociedade brasileira permite perceber que as classes dominantes no poder sempre lutaram no interior do bloco histórico para manterem-se hegemônicas. Nesta tese se compreende aprofundada a noção de hegemonia a partir da perspectiva gramsciana, entendendo que a luta por hegemonia indica que a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos: como ‘domínio’ e como ‘direção intelectual e moral. O controle do consenso pelas classes dominantes se realiza através de ‘aparelhos privados de hegemonia’, incluindo: a Escola, a Igreja, os jornais e os meios de comunicação de maneira geral, as organizações políticas - que têm por finalidade inculcar nas classes exploradas a subordinação passiva, através de um complexo de ideologias formadas historicamente. Quando isso acontece, a subalternidade tem amplitude política e também cultural. Por outro lado, observamos a formação de um complexo hegemônico em termos de dominação econômica (e mesmo de violência física, como a formação de grupos de extermínio aliados ou não ao poder público) na Baixada Fluminense. Seja através do “legítimo uso da força” pelas organizações representativas do Estado, seja pelos seus braços paralegais que atuam ininterruptamente a serviço de grupos econômicos (tendo estes ou não membros como representantes do poder público), na Baixada Fluminense o que se encontra não é o consenso via hegemonia, mas a dominação pelo uso da força.

Posto isto, é necessário colocar em relevo que, contudo, isto não significa que esta repressão tenha se instalado sem reações dos mais diversos extratos da sociedade. A capacidade de resistência dos diferentes grupos sociais foi o que determinou o escopo de participação política na construção da democracia até os dias

atuais: este é um elemento muito forte na construção da identidade nacional e refletiu de formas variadas nas diferentes regiões. Neste contexto, percebemos que não há mecanismos suficientes que permitam ou estimulem a participação dos sujeitos individuais e coletivos na sociedade política para toda sorte de atuação: nem como sujeitos individuais emancipados para viver sua própria vida, sobretudo para as mulheres, negros, crianças, membros de religiões não cristãs; menos ainda como sujeitos coletivos para a atuação na política democrática, influenciando, portanto, na perpetuação de consensos que servem apenas às classes hegemônicas no poder. Na formação socio-histórica brasileira a socialização da participação política, que implica necessariamente disputa de poder no bloco histórico, foi tardia, tendo fortes traços repressivos de cooptação como mandonismo, clientelismo, burocratismo, que permanecem até os dias atuais. Neste sentido, a partir de uma perspectiva de uma práxis emancipatória, as instituições privadas de consenso teriam, idealmente, posto que efetivamente este papel é limitado, um papel de mediadora no grau de relações de força como parte da luta política a partir da formação de consciência, saindo da ideia de verdade única hegemônica imperante no país. Contudo, conforme lembra Mészáros (2006: 259), “... como a verdadeira ontologia humana é uma ontologia social em constante mutação [...] essa redução da distância, por meio da prática da gama das capacidades efetivas do indivíduo, é uma potencialidade real de desenvolvimento humano”. A questão prática em jogo é a da natureza específica dos instrumentos e processos efetivos de automediação humana, ou seja, se o indivíduo social se reproduz como um “indivíduo social” ou não se confunde com suas determinações sociais gerais – o que quer dizer que a relação entre indivíduo e sociedade, entre indivíduo e humanidade, continua sempre uma relação mediada. Segundo Marx (*apud* MÉSZÁROS, 2006: 259), as relações humanas não alienadas caracterizam-se pela *automediação*, e, não, por uma identidade direta fictícia com um Sujeito Coletivo genérico, ou com a dissolução do indivíduo nele.

Para o autor marxista húngaro István Mészáros (2006, p.259), acontece que “... o problema, para a teoria e a prática socialistas, é a

elaboração concreta e prática de intermediários adequados, que permitam ao indivíduo social ‘mediar-se a si mesmo’, ao invés de ser mediado por instituições reificadas.”. Poder-se-ia pensar que o pensador húngaro defende o fim das instituições ou das identidades, o que seria um equívoco. Para ele, o objetivo não se trata do desaparecimento da instrumentalidade, mas o estabelecimento de formas conscientes e realmente “auto-mediadas” em lugar de relações sociais de produção reificadas sob o capitalismo. Nos remetendo novamente a Gramsci, lembramos que é no âmbito das forças políticas e da participação que podemos verificar o *‘grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais’* (GRAMSCI, 2011, p. 253). Para ele, é na *catarse* que a estrutura que esmaga o homem e o assimila a si e que o torna passivo transforma-se em liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política; em que se dá origem a novas iniciativas num plano não corporativo, mas universal. A participação democrática toma papel central na constituição das sociabilidades de longa duração histórica. Na Baixada Fluminense, não poderia ser diferente, sobretudo para compreensão do papel e do impacto da universidade neste território que é historicamente considerado um território de pouca abertura para a formação de quaisquer empreendimentos de natureza política do ponto de vista da política democrática e crítica. Certamente, toda esta conjuntura configurou o panorama político local e teve, portanto, implicações nas formulações legislativas e jurídicas que alteram ou mantém o *status quo* de todos os grupos sociais envolvidos no tocante às condições de participação política e conseqüente acesso a direitos sociais, civis e políticos.

Consideramos que as formulações legislativas são fruto do jogo de forças na sociedade política, e que a participação ou não dos sujeitos na formação democrática implica no quanto estes podem ser subjugados pelos que estão no poder, inclusive do ponto de vista legal, se considerarmos os arranjos para a organização destas políticas e, assim, dos direitos. Ampla participação social e política dos mais diversos sujeitos na complexa sociedade política formaria o que Gramsci chama de *sociedade civil*, fruto de um *Estado ampliado*, que, nos termos de Coutinho (1989, p. 55), seria *“uma nova esfera de superestrutura jurídico-política que, juntamente com o Estado-coerção [restrito], forma o Estado no sentido ampliado.”*. De modo geral, estas formulações legislativas são mais bem percebidas pela sociedade a partir de políticas sociais

públicas. Elas tiveram diversas modificações desde sua gênese até os dias atuais, entretanto, podemos perceber sempre que o “termômetro” para compreender a representação dos interesses dos sujeitos mede-se de acordo com a sua capacidade de participação política e da amplitude de sua influência na esfera jurídico-legal, portanto, pública. Evidentemente este é um processo contraditório e de complexa compreensão, considerando-se que muitas das “vitórias” de determinados grupos sociais, ao longo da história de nosso país, representaram nada mais que superficialidades que visavam arrefecer as pressões de grupos revoltosos da população. Há conquistas substantivas, entretanto, há muitos retrocessos “concedidos” como benesse e não conquistas, se observarmos a história das políticas sociais. Tivemos conquistas significativas, entretanto, sem consciência política democrática elas são retraídas ao primeiro sinal de retração emitido pelo capital. Este panorama é bem claro em todo o país, mas cremos ser mais marcado nas periferias, pois são formadas pelos grupos que sustentam a sociedade capitalista: pobres não detentores de propriedade e meios de produção, mas fornecedores do capital humano e da Mais-Valia necessária à existência e manutenção do sistema capitalista.

Vemos aqui, inicialmente, todos os grupos considerados “minorias políticas” como vulneráveis, dada sua condição de espoliação material, política e ética como úteis ao sistema em sua própria condição. Ellen Wood (2010) afirma que os avanços dos grupos identitários não colidem em essência com os objetivos do capital, ao contrário, para ela, muitos deles se mostraram bem úteis ao sistema, como, por exemplo, a entrada das mulheres no mercado de trabalho, se mostrando como capital humano mais sujeito ainda à exploração e obtenção de mais valia absoluta e relativa.

Entretanto, o que, aprofundando, esta autora (WOOD, 2010) afirma é que, uma vez que estes grupos tenham objetivos mais amplos do que agendas semestrais de avanços legislativos, (como, por exemplo, a conquista processual da radicalização/ampliação da democracia) não admite conviver com o sistema capitalista que é, em si mesmo, antitético à noção mais geral e básica que se pode ter de democracia. Para Wood (2010, pp. 07-08),

“...democracia’ significa o desafio ao governo de classe. [...]...um capitalismo humano, ‘social’, verdadeiramente democrático e equitativo é mais irreal e utópico que o socialismo”. Deste ponto de vista a participação no debate sobre as funções e objetivos das políticas públicas faz toda a diferença no resultado final da implementação das mesmas, uma vez que, desta forma, o sujeito não se veria apenas como “consumidor” de uma mercadoria disponibilizada pelo Estado, não se estabeleceria esta relação estanque entre sujeitos e Estado, entre consumidor e fornecedor, mas uma relação entre sociedade civil e Estado, entre representantes políticos e atores sociais, em mútua determinação, orientados pela noção de política pública como direito e não como mercadoria.

Território e política

O estado do Rio de Janeiro é composto por 92 municípios totalizando uma extensão territorial de 43.697 km² e 15.420.375 pessoas, de acordo com o Censo de 2009, publicado em 2010 pelo IBGE. A extensão territorial da Baixada Fluminense hoje é de 3152 km², enquanto que o restante do estado estende-se por 40545 km². A população da Baixada Fluminense, em 2009, era de 3.694.104, enquanto que a população total do restante do estado era de 11.726.271. Em nossos cálculos, estes números significam uma relação de 8,53 m² de área por pessoa no estado do Rio de Janeiro, enquanto que na Baixada Fluminense esta relação é de 3.46 m².

A Baixada Fluminense é uma região geográfica do estado do Rio de Janeiro formada por 14 municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica. O posicionamento geográfico dessa região bem como sua característica hidrográfica predominantemente composta por várias bacias e regiões pantanosas com difícil drenagem foram as características mais marcantes de que decorreram seu nome: Baixada Fluminense (ALVES, 2003).

No período colonial, era composta, ainda, de diversos rios navegáveis, principal base de transporte local e inter-regional, sendo que, então, constituía zona intermediária entre o porto do Rio de Janeiro e o resto do estado e com Minas Gerais, configurando-se como uma região de passagem, com população constituída em sua maioria por negros escravizados, negociantes, botequineiros e ferradores. Os grandes

proprietários não residiam ali e os governantes que foram se estabelecendo, tornaram-se grandes coronéis com títulos de nobreza concedidos pelo Estado, estabelecendo ali um “coronelismo poderoso” com base na construção e afirmação de um *ethos* de “corrupção, fraude e violência” (ALVES, 2003, p. 36).

De acordo com o renomado antropólogo Clifford Geertz (1973, p. 143), *“O ethos de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético (...) representa um tipo de vida implícito no estado de coisas do qual esse tipo de vida é uma expressão autêntica.”*. Sendo este conceito depositário de valores, saberes e ideias construídas socialmente na disputa entre os sujeitos pela hegemonia e pelo consenso na sociedade, entendemos já de antemão que se trata de um conceito relacional, histórico e, portanto, transitório – embora, em algumas circunstâncias, não se deixe de considerar certas estruturas sociais como perpassadas por elementos de longa duração (BRAUDEL, 1958). No caso da Baixada Fluminense, as já mencionadas corrupção, fraude e violência, além de suas consequências: a pobreza, a desigualdade e a desesperança, como elementos mais marcantes. Durante o processo de construção deste trabalho, na pesquisa exploratória, buscando literatura especializada nos temas correlatos, tomou-se conhecimento da obra de Alves (2003), que utiliza-se do conceito amplo de violência (como violação dos direitos humanos) e caminha para a construção do conceito de violência estrita (que seria o uso da força física contra alguém que é interrompido em sua ação, agredido, desonrado e, no limite, morto) para analisar de que forma, na formação histórica da Baixada Fluminense, as relações entre a violência, o poder local e as esferas supra locais (governo estadual e federal) possibilitaram a utilização desta violência como estratégia de consolidação de longa duração dos grupos políticos e econômicos hegemônicos locais.

Para este autor, a violência (entendida como toda e qualquer forma de violação de direitos humanos) surge na Baixada Fluminense com uma característica própria, separando o público e o privado, onde, numa “lógica excludente e particularista que prefere a ordem à margem da lei à desordem

sob um Estado ineficiente.” (ALVES, 2003, p. 21.). Para ele há uma inter-relação entre os níveis da formação do Estado e as formações locais, sendo fundamental fazer análises que relacionam os níveis organizacionais com as forças sociais que emergem na implementação das regras legais e normas sociais em contextos específicos de ação. A partir da concepção de totalidade, entende-se aqui que o dinamismo dos territórios tem forte ligação com o dinamismo mais geral do território nacional como um todo, mantendo relação de complementaridade, de forma ora coincidente, ora destoante, mas nunca alheia. A relação entre os territórios que mandam e os territórios que obedecem (SANTOS, 2001), os territórios de exploração e os de investimento, os territórios de riqueza e os territórios de pobreza aparecem claramente quando se compara os municípios da Baixada Fluminense e as áreas centrais do município do Rio de Janeiro. É importante, portanto, analisar a formação sócio-histórica da Baixada Fluminense colocando em evidência não apenas a sua economia, geografia ou política estatal, mas também lançando luz sobre a ausência de um Estado eficaz para as classes como um todo (mantendo uma estrutura de privilégios para extratos abastados e diluindo as classes dos trabalhadores através de mecanismos de opressão de diferentes naturezas) e, concomitantemente, a constituição de formas de perpetuação de poderes e lógicas sociais de justificação do recurso à violência, relacionada à formação da subjetividade de uma determinada população.

Conforme Misse (2006), quando o crime deixa de ser exceção e passa a ser parte do comportamento ‘normalizado’, a polícia (e as demais instâncias e mecanismos de controle social, como o próprio Estado), ela própria, vai passar a participar do crime, e também ela vai passar a ‘normalizá-lo’. Como, segundo ele, a normalização do crime é um contrassenso semântico, chama esse processo social, (através do qual a transgressão e o crime passam a ser incorporados como opções racionais de muitos e deixam de ser exceções), de ‘desnormalização do individualismo’, elemento fundamental para o funcionamento do capitalismo em sua lógica mais ampla: da economia política, onde emerge o que Misse (2006) chama de Capitalismo político.

Elemento fundacional da Baixada Fluminense como um todo, salvas as particularidades de cada município, a categoria construída por Misse (2006, p. 23)

refere-se à *“emergência de formas sistemáticas e organizadas de empresas cujo lucro depende da produção e da troca de ‘mercadorias políticas’”*. Isso, explica grande parte da emergência do chamado mercado das drogas (mais fortemente, desde a década de 1980, no Brasil) e de outros mercados de bens ilícitos, assim como explica a generalização da corrupção, da extorsão e das organizações criminosas que oferecem proteção. Por outro lado, explica a lógica de mercadorização de bens e serviços sociais inerentes à gestão e execução da política pública. Tudo isso participa de um processo através do qual o capitalismo moderno, que é baseado na violência e na dominação pela forma como mecanismo de acumulação do capital. Para o sociólogo, tal estado de coisas decorre da dinâmica do processo de formação sócio-histórica do país.

No contexto da Baixada Fluminense, com referência a esta relação entre política social pública e participação da população cidadina nos processos políticos e econômicos da cidade, raros são os espaços para que esta participe na definição das políticas públicas, restando à maioria da população a opção por “consumir” ou “não consumir” o que lhe é oferecido. Na concepção de Faleiros (1997, p. 09), as classes sociais fundamentais no capitalismo (burguesia e proletariado) organizam suas visões de mundo de forma sistemática na defesa de seus interesses políticos e econômicos. Neste afã, formam alianças no intento de impulsionar seu controle sobre a sociedade. Para ele *“A luta pelo poder exige, pois, informação, dados, análises, propostas, planos, controles, técnicas, experimentos”*, que são levados a cabo pelos profissionais, técnicos e intelectuais à disposição deste ou daquele interesse. A construção de uma força social, então, implica a descoberta de interesses comuns, o estabelecimento de relações entre os atores, a formulação de estratégias e a mobilização de recursos e a consciência da posição em que cada sujeito se encontra nesta relação de forças, sobretudo entre a população explorada e os profissionais gestores das políticas sociais públicas, situados nas instituições de controle social estatal. As instituições representam a expansão do controle da gestão do capital

sobre a vida cotidiana e das formas organizativas e de mobilização de recursos públicos.

Na formação da Baixada Fluminense, há uma característica histórica inerente a sua base populista de cooptação dos sujeitos através de dois principais elementos: o uso das políticas sociais de forma assistencialista, fragmentada e como controle de “distúrbios” e “desvios” sociais; e, na incapacidade desta primeira estratégia, o uso da repressão através da violência estrita. Faleiros (1997, p. 38) situa claramente o panorama que se desenha por todos os municípios baixadenses, de predomínio do clientelismo, da burocracia e do autoritarismo, onde a burocracia está marcada pela distribuição de favores, pelo nepotismo e pelo paternalismo e “... nas instituições predominam as figuras dos ‘doadores’, simbolizados pelas figuras das esposas dos presidentes, governadores e prefeitos.”.

Um elemento fundamental para compreender a lógica de dominação predominante até os dias atuais na Baixada Fluminense é, através dos mecanismos possibilitados pela institucionalização e ampliação das políticas sociais públicas, o disciplinamento dos indivíduos através da culpabilização individual dos sujeitos por suas mazelas (como se fossem eventos particulares, subjetivos, e não refrações da questão social estabelecida a partir da relação capital–trabalho inerente ao processo de acumulação capitalista) e da dissolução da identidade de classe e, por conseguinte, das formações sociopolíticas de resistência.

Dentre todas as políticas sociais públicas no Brasil, a que mais tem se destacado nos últimos 12 anos tem sido a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), seja pelo seu apelo imediato quanto à diminuição imediata dos níveis de miséria e fome, seja pelo investimento do governo federal em sua ampliação – destacando-se, inclusive, no quadro internacional como relevante política de Estado, seja pelas críticas que sofre por parte dos segmentos que a consideram política populista e minimizadora dos efeitos perversos do sistema capitalista e das gestões políticas baseadas no clientelismo. De suas principais diretrizes destaca-se uma fundamental que refere-se à transversalidade ou intersetorialidade da PNAS às demais políticas setoriais. Neste sentido, entende-se que esta política não se efetiva em seus objetivos mais profundos isoladamente, mas, sim, que toca diversos âmbitos do desenvolvimento da vida humana como a saúde, a educação, o trabalho, a habitação e

outros direitos sociais básicos garantidos na referida Constituição Federal de 1988, assim como todas as fases da vida humana, desde a infância até a velhice. A observação empírica mais simples das políticas sociais públicas implementadas nos municípios da Baixada Fluminense revela total fragmentação destas políticas, havendo sobreposições de certas ações, ausências contundentes de outras e do diálogo entre as pastas – fruto de um quadro técnico e administrativo despreparado para a execução da política pública enquanto serviço, ficando caracterizada a prestação destes mais enquanto favor e no âmbito das relações domésticas de personalismo e privatização das políticas públicas.

Não sendo o foco deste artigo, porém um debate relevante, cabe mencionar que as políticas assistenciais hoje implementadas na Baixada Fluminense resumem-se à distribuição do benefício do Programa Bolsa Família, bolsas de alimentos, fraldas e outros mínimos, sem, contudo, se aliar a outras políticas como de emprego e renda, o que implica num círculo vicioso assistencialista que, sabe-se, tem como fim primeiro e último a captação de votos de uma população pobre e dominada, à qual jamais se direcionarão ações emancipatórias por parte dos grupos no poder. Adensados por elementos da histórica prática regional baixadense de violência e cooptação, este quadro se mostra ainda mais grave no que tange à grande possibilidade de ingresso dos cidadãos em situações de vulnerabilidade social e fragilização de direitos além do grande comprometimento quanto à possibilidade de participação da população ampla nas decisões políticas e no controle social.

Outro elemento importante, fruto de observações empíricas, refere-se à construção social e política dos conselhos municipais. Uma observação importante sobre tal instância de controle social refere-se à legitimidade das representações da sociedade civil, bem como sua atuação. Verifica-se, por exemplo, a coincidência de diversos sujeitos classificados como representantes dos interesses da sociedade civil (sobretudo, ligados a organizações do terceiro setor) ocupando vacâncias em diferentes conselhos. Aliás, este elemento chama à atenção: a predominância quase absoluta de dois grupos que ora se misturam: representantes de organizações do terceiro

setor e representantes de organizações religiosas cristãs (católicos e protestantes). Parece bastante comprometida a atuação em favor do bem público que proceda de sujeitos que representem interesses particulares da organização a que representam. No sentido da representação religiosa, sabe-se hoje que não é mais permitido que se associem aos conselhos enquanto tais. Contudo, sabe-se, também, que as mesmas, visando contornar tal resolução, criaram instituições classificadas como assistenciais e não como instituições religiosas. Do ponto de vista legal, cumpre-se a lei. Já do ponto de vista do interesse maior da população usuária das políticas sociais, parece comprometida a determinação básica de que as políticas sociais sejam executadas por um Estado laico que, portanto, não faça acepção de pessoas por credo, cor, orientação sexual, etc. A partir da constatação deste panorama, um caminho que parece razoável para o fortalecimento da representatividade legítima da sociedade civil junto aos conselhos seria o da orientação das diversas organizações de cunho assistencial quanto aos critérios para a formalização de sua atuação e, assim, possibilidade de participação nas instâncias de controle social.

Conforme Alves (2003), as atividades políticas predominantes na região desde seus primeiros relatos históricos giraram em torno da questão habitacional e de saneamento – elementos que mobilizaram diversos grupos sociais oficiais ou não oficiais. Dentre grupos mais evidenciados nas movimentações políticas podemos destacar os movimentos de camponeses, de favelados, de associações de moradores, posseiros, grileiros, empresários do ramo imobiliário, representantes políticos locais, quilombolas, movimento religioso católico (CEBs – Comunidades Eclesiais de Base), jagunços e grupos de extermínio.

Ainda segundo o relato de Alves (2003), pelos anos de 1810-20, a única grande divergência frente à estrutura de poder quase totalitária que se havia constituído desde a ocupação da região da Baixada Fluminense (aproximadamente a partir de 1566) foram os quilombos, grupos que ameaçavam, com táticas de guerrilha, a atividade majoritária a que se destinava a região: o trânsito, enquanto caminho de passagem de mercadorias. Além da agricultura de subsistência e da caça e pesca, os quilombolas monopolizaram o comércio de lenha – fundamental para a manutenção do transporte de gêneros pela via fluvial, com o consentimento dos taberneiros, que faziam a mediação entre senhores e quilombolas.

Algo que leva a esta hipótese relativa à construção de um *ethos* regional é a perspectiva que é composta da combinação complexa entre diversos elementos da vivência política, econômica, cultural da região, mas não necessariamente tem passado pela noção de classe para si e, entende-se, pode significar mais uma mistificação possível através de uma práxis alienada voltada para a ampliação da possibilidade de consumo imediato do que, propriamente, uma compreensão dos lugares ocupados na sociedade capitalista. Cabe ressaltar que, de acordo com Gomes (1992, p. 56-7 *apud* ALVES, 2003, p. 31), a composição populacional inicial desta região, entre 1779 e 1789, era de 54,6% (7.122) de negros escravizados. Este percentual aumentaria em 1821 para 59,7%, e passaria a 62% em 1840, o que significa que, de acordo com o padrão de longa duração das relações econômicas, políticas e sociais estabelecidas na região, esta população se constituía numa *“maioria subjugada, submetida a padrões de brutalidade que faziam desaparecer o limite do humano.”* (p. 31).

Entre 1883 e meados de 1900, a atividade econômica que predominou na região foi a da citricultura, com o plantio de laranjas para abastecimento nacional e mesmo internacional, contando com Nilo Peçanha no governo estadual (1903 – 1906) e na presidência da república (1909) como grande apoiador, investindo em infraestrutura, saneamento e medidas de fomento fiscal. Este período modificou a paisagem da região a partir de investimentos no comércio e na indústria a partir da instalação das redes de água e esgoto, iluminação pública, eletricidade, praças e hospitais (SOARES, 1962, p. 211 e PEREIRA, 1977, pp. 118-120 *apud* ALVES, 2003, p. 49).

Com a construção da 1ª. estrada de ferro, pelo Barão de Mauá em 1854, e a Estrada de Ferro D. Pedro II (hoje Central do Brasil) em 1858, a região deixa de ser interessante para a economia capitalista, sendo totalmente abandonada pelo poder público e se transformando apenas numa zona de passagem rápida, terminando por ser deteriorada pela epidemia de cólera que assolou a região por 23 anos, somada à malária. Entre 1892 e 1910, a população de Duque de Caxias diminuiu de 9.608 habitantes para 800 em decorrência desta doença. Perdendo a força de trabalho barata escravizada e

mesmo a chinesa “importada” que era “barata, diligente e dócil” (ALVES, 2003, p. 46) para a malária e para o cólera, demandava, então, algum investimento em educação para que os homens livres restantes aceitassem executar o trabalho que eles associavam à escravidão. As escolas agrícolas tinham, então, um papel de moralizar o trabalhador nacional e liberto.

Entre 1940-50 aprofunda-se a concentração de terra e aumenta a população, predominantemente meeiros e colonos, que, sem maiores investimentos em infraestrutura, deslocam-se para a cidade do Rio de Janeiro, então, supervalorizada. A região da Baixada se tornava desvalorizada e periférica, tendo o fim da citricultura selado pelo início da IIGM e a dependência de transporte estrangeiro (ALVES, 2003, p. 53). Neste momento, passa a predominar, cada vez mais amplamente, o padrão segregacional que nascera na sociedade escravista e se fundamentava na lógica capitalista. É aí que começa a se solidificar a polarização dos investimentos na organização espacial do estado pelo Estado, ficando a região da Baixada Fluminense à margem dos investimentos em urbanização e representando apenas “*subúrbios distantes, com os pobres e seus usos sujos, a uma distância satisfatória do núcleo privilegiado.*” (ALVES, 2003, p. 54).

Com a concentração do investimento passando ao centro do Rio de Janeiro as populações suburbanas passaram a se instalar às margens das estações de trem e sempre com tentativas (e conseqüentes ações de desocupação pelo estado) de aproximação da Zona Sul. Assim, formaram-se as favelas. Algumas totalmente extirpadas desta região, outras resistentes até os dias atuais. Conforme nos mostra o estudo de Burgos (2004), o início da ocupação e formação das favelas nas partes centrais do Rio de Janeiro data da década de 1930. As políticas públicas em favelas remontam à década de 1940. O surgimento de movimentos democratizantes com foco nesta temática é datado das décadas de 1950 e 60, protagonizado pelos próprios moradores, o que foi amplamente desorganizado pelo regime militar e, assim, a modernização conservadora promovida neste período empreendeu amplos esforços para eliminar a luta por direitos sociais e políticos por parte de grupos pobres.

Aliando as análises de Alves (2003) sobre a organização do território da Baixada Fluminense e as de Burgos (2000) sobre as políticas de urbanização nas áreas centrais do Rio de Janeiro, percebe-se incontestável complementaridade entre as

iniciativas. Por um lado, há o abandono da Baixada Fluminense no momento em que acabam os investimentos em citricultura, empurrando a população em busca de emprego para as áreas centrais do estado; e, por outro, há um movimento remocionista desta mesma população (e de outras, trazidas pelas promessas de crescimento expressas pelo desenvolvimento industrial) para áreas distantes como a Baixada Fluminense e o que hoje corresponde à Zona Oeste do estado.

Neste período, começa um plano de loteamento do espaço da Baixada Fluminense a partir da iniciativa privada dos grandes latifundiários da região e incentivo do próprio Estado, dando início a uma corrida loteadora (ALVES, 2003: 60), principalmente em Duque de Caxias e Nilópolis, cidades mais próximas das regiões centrais. Então, no mesmo momento, há um *boom* imobiliário tanto nas áreas centrais quanto nas periféricas, entretanto, com fins e “consumidores” distintos, sendo a Baixada Fluminense definida como a “periferia da periferia” (ALVES, 2003, p. 58).

A partir dessas iniciativas, bem como nos incentivos públicos no estabelecimento de uma espécie de tarifa única que subsidiava o transporte dos trabalhadores da Baixada Fluminense para as regiões centrais sem que estes tivessem de habitar nestas regiões centrais (centro do Rio e Zona Sul do Rio), acontece o que Alves (2003, p. 56) denomina de encontro definitivo entre “soir” e “noir” do Rio de Janeiro, onde há uma Baixada Fluminense afastada suficientemente das belezas do Rio de Janeiro e próxima o bastante para fornecer seu insubstituível trabalhador. Diferente da “metrópole partida”, Rio de Janeiro e Baixada Fluminense sempre atuaram em íntima sincronia e dependência mútua. Diferente das regiões centrais do Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense os loteamentos não receberam qualquer investimento público de infraestrutura para além das estradas que lhes possibilitasse o transporte para servir às demais regiões. A falta de água e saneamento deram à política regional a cara que mantém até os dias atuais, salvo algumas relativas mudanças, qual seja, o caráter paternalista conferido aos benefícios, com as filas de latas diárias nas bicas públicas.

Outra diferença estrutural se dava pelo uso de longa duração da violência. Inicialmente, na Baixada Fluminense, esta era monopolizada pela oligarquia escravista e pela política local; já, no momento da corrida loteadora, esta passa a ser exercida também pelos grupos de jagunços armados a mando dos grandes “proprietários” loteadores, inaugurando o que Alves denomina como “cultura da violência” na região. Neste sentido os movimentos sociais foram importantes e de grande expressão na formação do poder local da Baixada Fluminense, tendo grande relevância a atuação das ligas camponesas, dos movimentos de reforma agrária, da FALERJ (Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro), FLERJ (Federação dos Lavradores do Rio de Janeiro), da FCOF (Federação dos Círculos Operários Fluminenses) e do Partido Comunista e o PSD (Partido Social Democrático). (ALVES, 2003, pp. 74, 81).

Ao relatar a entrada da figura lendária de Tenório Cavalcanti vindo de Alagoas em 1926, para o Rio de Janeiro, apadrinhado por Natalício Camboin de Vasconcelos, na política, Alves (2003: 92) toma a trajetória deste como a mais rica em detalhes e significativa em relação ao quadro desenhado pela política da Baixada Fluminense a partir de então. Segundo ele, a figura personalista, coronelista e política de Tenório se definiria como o símbolo de perpetuação da associação entre política e violência como característica imutável configuradora da Baixada Fluminense até os dias atuais.

Outra expressão de igual monta no tocante às mobilizações políticas na Baixada Fluminense refere-se ao papel da Igreja Católica, com as CEBs e a vertente da Teologia da Libertação, que se formaram a partir da década de 1950 na América Latina e 1960 no Brasil. Tais mobilizações ocorreram no mesmo momento histórico em que a população da Baixada Fluminense chegava ao quantitativo de 891.300 habitantes, num crescimento de 150% entre 1950 e 1960. Alguns elementos de escoamento da população pobre empurrada para esta região periférica foram a construção da Avenida Presidente Vargas, em 1944; da Avenida Brasil, em 1946; da criação do serviço de combate à Malária da Baixada Fluminense em 1947, responsável pelo complexo da Cidade dos Meninos em Duque de Caxias, que agregava a construção da historicamente conturbada indústria de (Dicloro-Difenil-Tricloroetano) DDT, um pesticida, e as moradias de seus operários e suas famílias (ALVES, 2006, p. 63).

Para abrigar este novo *boom* habitacional, as prefeituras locais realizaram amplas concessões para estabelecer o maior número de pessoas em seus territórios, cobrando baixas taxas para aprovação de plantas das obras e flexibilizando os prazos para legalização das construções clandestinas; padrão diametralmente oposto do adotado no município do Rio de Janeiro. Porém, as mudanças na Baixada Fluminense não ficaram restritas apenas à realidade urbana: a partir de 1960 surgiu uma tendência à redução da área média para cada propriedade rural, passando de 65ha para 35ha para os pequenos proprietários, enquanto que para os grandes administradores a mesma regra não se aplicava. Apareceram aí mais fortemente a figura do grileiro, do posseiro, além dos arrendatários de terras, com ações de despejos com documentações falsas, uso da violência pelos jagunços e também por policiais. Tal fato provocou um movimento de resistência por parte dos pequenos produtores rurais, resultando na criação da FALERJ (Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro) em 1959, lutando pela reforma agrária. Muitos foram os embates destes trabalhadores com o poder público e seus prepostos, figurando como uma das melhores expressões de organização e empreendimento político na história da Baixada Fluminense, o que, contudo, não impediu que a maioria de seus representantes fosse presa, ferida e morta na luta por seus direitos (ALVES, 2006, p. 73).

Nesta altura dos fatos, o recurso ao uso da violência também pelos camponeses e movimentos sociais já tinha se ampliado justificado pela defesa ou conquista das suas propriedades e de seus interesses políticos. Diversos grupos disputaram a representação dos camponeses, indo dos comunistas, passando pelos moderados e chegando aos interessados nas potencialidades eleitorais do movimento, como foi o caso de Tenório Cavalcanti. Munido de um grupo armado composto por 40 homens conhecidos por sua astúcia, coragem e rapidez no gatilho.

De caráter populista, Tenório se destacou por sua atuação clientelista, cuja marca se compunha por oferecer em seu escritório, no andar de cima de sua casa, atendimentos (com aproximadamente três secretários e

30 atendentes) que *“dividiam as filas por assuntos como emprego, comida, documentos, problemas familiares”* (ALVES, 2006, p. 87). De fiscal da prefeitura de Duque de Caxias e membro da União Democrática Nacional (UDN), Tenório passou a deputado federal apoiador dos camponeses, realizando uma verdadeira “conversão à esquerda”. Nas palavras de Souza (2012, p. 42), mais do que uma conversão, *“em Caxias, Tenório construiu seu próprio partido, o tenorismo”*.

O golpe de 1964 veio interromper esses processos de mudanças do eleitorado e do político, mas não as agitações populares, frequentemente orquestradas por ações violentas de ambos os lados em face das péssimas condições impostas aos moradores destas áreas, como foi o caso do saque de 1962, ocorrido em Duque de Caxias, como reação à carestia dos alimentos imposta pelos comerciantes e grandes proprietários locais. Entretanto, cabe salientar que a perpetuação do projeto iniciado por Tenório e vigente até os dias atuais, dependeu de vários fatores, entre eles, o de ação e reação violenta e a projeção de seu nome via conquistas políticas, marcando a feição do cenário baixadense pela associação entre política e violência, marca dos grupos de extermínio da década de 1960. Esta “profecia autocumprida” (ALVES, 2006, p. 100) estaria baseada tanto na maior vulnerabilidade dos pobres quanto nos mecanismos políticos e institucionais de criminalização da “marginalidade”. O que se pôde perceber dos anos de interferência militar na Baixada Fluminense foi a produção de um rearranjo dos mecanismos de poder anteriores, ficando o controle das estruturas e atividades ilegais (contravenção, lenocínio, jogatina) e violentas anteriores sob responsabilidade dos próprios militares. Sobre o poder local na Baixada Fluminense, o bispo de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hypólito, declararia com tom profético de maldição eterna que, *“salvo exceções, a imagem dos políticos da região era marcada pela mediocridade, incapacidade, puxa-saquismo e primarismo.”* (apud ALVES, 2003, p. 84).

Em 1981, o MAB – Movimento de Amigos de Bairros e a FLERJ - Federação dos Lavradores do Rio de Janeiro fariam diversas mobilizações de protesto contra a péssima qualidade dos serviços públicos, que eram enfrentadas com ameaças de explosão a bomba, espancamentos, interrogatórios com tortura, sobretudo dirigidos a representantes dos movimentos de bairros e da Igreja Católica. Em 1982, com as eleições municipais com voto vinculado acabou por produzir o “fenômeno Brizola”:

decididos a eleger Brizola como governador, mais de 50% do eleitorado da Baixada Fluminense votou nos demais candidatos do PDT – Partido Democrático Trabalhista. Em Duque de Caxias, foi eleito, então Hydekel de Freitas, genro de Tenório Cavalcanti, que, abrigado durante o golpe de 1964 pela Arena, conquistou a simpatia dos militares, perpetuando, sob novas bases, o velho esquema tenorista. Com as eleições brizolistas, surge um sentimento de resgate das esperanças e expectativas da população baixadense em relação a mudanças e reformas sociais. Nesta década, surge um forte movimento protagonizado pelo PT - Partido dos Trabalhadores, por associações de bairro (como MAB – Movimentos da Amigos de Bairros, de Nova Iguaçu; MUB – Movimento de União de Bairros, de Duque de Caxias e ABM – Associação de Bairros e Moradores, de São João de Meriti), comunidades católicas (CEBs – Comunidades Eclesiais de Base) na Baixada Fluminense, e pastorais, reivindicando solução para suas demandas em torno da obtenção de equipamentos públicos urbanos e saneamento básico para a região. A resposta brizolista teve seu cume na distribuição de vagas nos CIEPs. Denúncias sobre o fracasso das administrações pedetistas no governo de Duque de Caxias e São João de Meriti consumaram a decadência brizolista na Baixada Fluminense (ALVES, 2006).

O panorama que se seguiu nas eleições dos governos locais da Baixada Fluminense, (ALVES, 2006) foi, em resumo, um misto de pequenas inovações em termos de representações políticas e a manutenção do mesmo quadro, sem haver, reafirme-se, qualquer mudança substancial na qualidade das políticas sociais implementadas ou nas hegemonias políticas dos municípios. Diversos representantes do poder público eleitos mantinham a tradição tenorista, sendo reconhecidos publicamente por fazerem parte de grupos de extermínios atuantes nas regiões; comissões parlamentares de inquérito (CPI) analisaram diversas acusações a figuras de esquemas de derrame de subvenções sociais; famílias tradicionalmente no poder, permaneciam intocadas, apenas mudando o ramo de seus ganhos de atividades ilícitas (contravenção, jogatina, lenocínio e grilagem de terras) para atividades que retiravam milhões de cofres públicos na esfera federal e

aplicava-os em instituições de ensino e saúde, cujo caráter social era incontestável. Na ausência de investimentos públicos, a população citadina, mesmo sabendo claramente dos desvios, mantinha-se refém destes esquemas como uma forma de sobrevivência e de negociação de significados da realidade para sua identidade regional.

Em estudo fruto de sua tese de doutorado, Barreto (2004) evidencia, (além dos aspectos já mencionados relacionados ao assistencialismo, burocracia, clientelismo e violência) na formação de política da Baixada Fluminense, elementos ligados ao domínio de longa duração da população exercido por famílias e também ao papel atualmente exercido pela religião, sobretudo, por grupos evangélicos no poder, que viam em articulações irrestritas com grupos no poder, possibilidades de expansão de sua atuação e poder local. O grupo social e religioso dos evangélicos (em suas mais diversas denominações) parece ser representativo de um novo panorama, crescendo em número, representatividade e dando outros significados para a política local, a partir da ocupação efetiva de cargos eletivos ou em comissão (cargos de confiança) no poder público. Para Barreto (2004, p. 47), “... os projetos políticos individuais estariam em convergência com os das igrejas, explicitando a identidade religiosa, tanto quanto o engajamento político dos sujeitos.”. A antropóloga desenha o quadro das eleições municipais de vários municípios da Baixada Fluminense nos últimos 10 anos (em especial, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Nilópolis, São João de Meriti e Belford Roxo), demonstrando a força deste segmento religioso a partir das concessões e negociações travadas por diferentes candidatos para ter legitimidade perante os eleitores locais.

Vimos que a trajetória política emblemática de alguns famosos políticos foi construída com base nos mesmos moldes que a de Tenório Cavalcanti, se desenvolvendo acompanhando o ritmo das novas configurações e inclusão de outros elementos de negociação, como mencionado. Exemplo semelhante se tem em governos em Belford Roxo e em Nilópolis – com estreita ligação da contravenção com o carnaval. No desenho da articulação profunda entre “familismo”, política e religião, ocorreu em Duque de Caxias um fato relevante, que foi a conversão de uma deputada (esposa do então prefeito) ao segmento evangélico para angariar credibilidade para o marido. Conforme Barreto (2004, p. 59) pôde verificar durante entrevistas para a construção de sua tese, o espectro de dominação de administração da política pública se estendeu por diversos outros municípios (como Magé e Belford Roxo) revelando ou

afirmando uma identidade baixadense neste sentido. Segundo ela, “o staff dessas prefeituras foi indicado e escolhido conjuntamente com o prefeito de Caxias”. Na síntese da corajosa obra de Alves (2006) o autor coloca em relevo, todas as questões elencadas, que, para além da questão da violência urbana, já assaz discutida acadêmica e politicamente, evidencia que a questão da violência na Baixada Fluminense só pode ser compreendida inserida numa contextualização histórica, política, econômica e cultural que considere suas características próprias.

Concluimos, como Alves (2006, p. 174), que o esgarçamento, a fragmentação e a atomização da sociedade da Baixada Fluminense, promovidos pelos grupos e projetos políticos, foram capazes de transformar o uso da violência ilegal na base mais sólida de construção da máquina da política pública. Portanto, pouco serve pensar controle democrático ou a construção/alteração do ordenamento jurídico se antes não forem alteradas as relações de poder instituídas ao longo de tanto tempo neste território.

Referências bibliográficas:

ALVES, José Cláudio Souza. *Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias, APPH/ CLIO, 2003.

_____. Violência e política na Baixada: o caso dos grupos de extermínio. In: *IMPUNIDADE NA BAIXADA FLUMINENSE*. (Parceria: CESeC, Fase, Justiça Global, Laboratório de Análises da Violência da UERJ, SOS Queimados e Viva Rio). 2006. Disponível em: <http://redeglobo3.globo.com/relatorio/rjtv/impunidadenabaixada.doc> . Acesso em: 23 setembro de 2012.

BARRETO, Alessandra. *Um olhar sobre a Baixada: usos e representações sobre o poder local e seus atores*. In: *Campos*, Curitiba, v. 5, n. 2, 2004.

BRAUDEL, Fernand. *História e ciências sociais*. Lisboa: Ed. Presença, 1990. Primeira edição 1958.

BRAZ, Antônio Augusto & ALMEIDA, Tânia Maria Amaro de. *De Merity a Duque de Caxias: encontro com a história da cidade*. APPH/Clio, Duque de Caxias, 2010.

BURGOS, Marcelo Baumann. Dos parques proletários ao favela-bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (Orgs.) *Um século de favela*. 5ª. Ed. FGV. Rio de Janeiro, 2004.

- COUTINHO, Carlos Nelson. *Representação de interesses, formulação de políticas e hegemonia*. In: TEIXEIRA, Sônia Fleury. *Reforma Sanitária. Em busca de uma teoria*. São Paulo. Cortez/Abrasco, 1989.
- FALEIROS, V. P. *A política social do Estado capitalista*. São Paulo: Cortez, 1997.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Tradução: Mathias Lambert. Data Publicação Original: 1963. Coletivo Sabotagem. Data da Digitalização: 2004
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Vol. 2. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2011.
- IBGE Cidades. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>
Consultado em 01 de maio de 2011 às 14:45h.
- MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. Boitempo, São Paulo, 2006.
- MISSE, Michel. A violência como sujeito difuso. In: FEGHALI, Jandira; MENDES, Cândido & LENGROBER (Org.). *Reflexões sobre violência urbana: (In)segurança e (Des)esperanças*. Seminário Violência Urbana, Segurança Pública e Cidadania no Rio de Janeiro: Prevenção e Ação. Junho/2003. Editora MAUAD. Rio de Janeiro, 2006.
- OJIMA, R. et al. *A Mobilidade Pendular na Definição das Cidades-Dormitório: caracterização sociodemográfica e novas territorialidades no contexto da urbanização brasileira*. In: Anais do V Encontro Nacional sobre Migrações. UNICAMP. Campinas 15-17 de outubro de 2007. Consultado no endereço:
http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/comunic_sec_1_mob_pen_def.pdf em 15 de janeiro de 2011, às 20:50h.
- SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SOUZA, Marlúcia Santos de. Entre o rural e o urbano-industrial: a produção de uma região moderna e as disputas políticas locais. In: *Hídria de Igoassú: caderno de textos sobre história local e regional da Baixada Fluminense*. APPH/Clio, Duque de Caxias, Ano I, nº 01, fevereiro de 2012.
- WILLEMANN, Estela Martini. *Condições de acesso e permanência das mulheres da Periferia ao ensino superior: o caso de Duque de Caxias – RJ*. Rio de Janeiro, 2013. 252p. Tese de Doutorado - Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- WOOD, Ellen M. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. Boitempo Editorial, São Paulo, [2003] 2010.